

ATA NÚMERO 79/XIII (2.ª)

A 16 de maio de 2017, pelas 10:00 horas (I Parte) e pelas 15h00 (II Parte), reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, nas Salas 3 e 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE (10h00)

1. Audição dos subscritores da [petição n.º 273/XIII/2.ª](#) - *Solicitam a desvinculação de Portugal do Tratado e Protocolos Modificativos ao Acordo Ortográfico de 1990 e a revogação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011* (10h):
 - Mestre Ivo Miguel Barroso, Docente Universitário
 - Dr. Artur Magalhães Mateus, Jurista
2. Audiência do Comité Paralímpico de Portugal para apresentação dos novos órgãos sociais (10h30):
 - Dr. José Manuel Lourenço - Presidente do Comité Paralímpico de Portugal
 - Luís Figueiredo - Vice-Presidente
 - Manuel Costa e Oliveira - Secretário-Geral

II PARTE (15h00)

3. Informações:
4. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
5. Apreciação e votação do relatório da Comissão sobre o Relatório [Portugal na União Europeia 2016](#):
 - Relator: Deputado João Torres (PS)
6. Discussão do [projeto de resolução n.º 675/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática;
7. Outros assuntos.

I PARTE (10h00)

1. Audição dos subscritores da [petição n.º 273/XIII/2.ª](#) - *Solicitam a desvinculação de Portugal do Tratado e Protocolos Modificativos ao Acordo Ortográfico de 1990 e a revogação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011* (10h).

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas aos representantes dos peticionários, Mestre Ivo Miguel Barroso, Docente Universitário e Dr. Artur Magalhães Mateus, Jurista, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Mestre Ivo Miguel Barroso para fazer a sua intervenção inicial.

O Mestre Ivo Miguel Barroso mencionou, designadamente, que o Acordo Ortográfico 90 é inconstitucional porque o Estado não pode programar a cultura e a educação segundo diretrizes estéticas, políticas ou ideológicas, violando também o dever de defesa e de preservação do património cultural português (artigos 43.º e 78.º da CRP), a Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de janeiro também é inconstitucional e solicitou a revogação imediata e com efeitos retroativos da mesma.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP) que colocaram diversas questões, nomeadamente sobre o significado e as implicações de ordem prática que resultam do facto de um número reduzido de países terem ratificado o Acordo Ortográfico. Se não existem vantagens no esforço de unificação da ortografia nos países lusófonos dos quatro continentes, se têm conhecimento quer em Portugal, quer noutros países que assinaram o acordo se há uma investigação e um estudo sobre a implementação e a utilização efetiva pelas populações deste novo acordo ortográfico, porque é que consideram que na prática é inexequível a revisão do acordo ortográfico.

O Mestre Ivo Miguel Barroso respondeu no fim às questões colocadas pelos Senhores Deputados referindo, nomeadamente, que o Acordo Ortográfico teve os efeitos exatamente opostos aos que se propunha atingir não uniu, não unificou e não simplificou e é um fracasso político, linguístico, social, cultural, jurídico e económico. Salientou também que uma eventual revisão do tratado não é solução, porque admitindo, sem conceder, que pudessem existir reformas ortográficas demoraria muito tempo, envolveria um conclave entre as academias, que todos os governos assinassem, que todos os Estados ratificassem e que entrasse em vigor, portanto eventualmente nem daqui a vinte anos haveria uma reforma.

A gravação da audição pode ser consultada na [página da internet](#) da Comissão.

2. Audiência do Comité Paralímpico de Portugal para apresentação dos novos órgãos sociais (10h30):

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela, deu as boas-vindas aos representantes do Comité Paralímpico de Portugal, Dr. José Manuel Lourenço, Presidente, Luís Figueiredo, Vice-Presidente e Manuel Costa e Oliveira, Secretário-Geral, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente do Comité Paralímpico de Portugal para fazer uma intervenção inicial.

Na Intervenção inicial o Presidente do Comité Paralímpico de Portugal, Dr. José Manuel Lourenço referiu, designadamente, que pediu a audiência com o objetivo de apresentarem os cumprimentos dos novos órgãos sociais que iniciaram funções no dia 24 de março. Mencionou que estão muito motivados e empenhados neste mandato que os irá levar até aos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020. Referiu que neste momento o Comité Paralímpico de Portugal está a negociar com a Administração Pública e com o Governo o novo contrato programa para Tóquio 2020. Mencionou que espera que o próximo contrato mantenha o mesmo formato de ser um contrato plurianual para não haver a necessidade de anualmente estarem a renegociar. Felicitou a Assembleia da República pela tomada de decisão que teve relativamente aos prémios mérito desportivo que é um marco e um passo muito importante tendo em vista a criação de igualdade de condições.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), António Cardoso (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que colocaram diversas questões, designadamente sobre que objetivos é que o Comité Paralímpico de Portugal se propõe alcançar em Tóquio 2020 face aos resultados atingidos no Rio 2016, se mantém a preocupação de haver mais liberdade para os atletas trabalhadores se dedicarem ao treino de alta competição, em que medida é que o contrato programa pode de alguma forma dar resposta à especificidade da não profissionalização do desporto paralímpico, à questão da competitividade, da centralização das competições e, portanto, da despesa que isso também implica e das dificuldades logísticas, quais são as dificuldades sentidas pelos atletas paralímpicos tanto na competição paralímpica como no próprio percurso que realizam para atingir esse objetivo.

O Senhor Presidente do Comité Paralímpico de Portugal respondeu no fim às questões colocadas, reiterando os seus agradecimentos às intervenções proferidas por todos os Deputados, mencionando, nomeadamente, que o Comité Paralímpico de Portugal pretende que o desporto paralímpico esteja no centro do desporto e necessitam de condições e, as mesmas, pressupõem apoio material, no que concerne aos objetivos para Tóquio não sabe se vão ter 28 atletas, salientou que os atletas e os treinadores darão o melhor de si e quem for a Tóquio vai-se empenhar ao máximo no sentido de cumprirem os objetivos.

A gravação da audição pode ser consultada na [página da internet](#) da Comissão.

II PARTE (15h00)

3. Informações:

3.1. Iniciativas legislativas:

A Senhora Presidente da Comissão informou que tinha baixado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.^a), com conexão com a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (11.^a), o [projeto de resolução n.º 837/XIII \(2.^a\) \(PSD\)](#) que Recomenda ao Governo a realização de ações de proteção, valorização, divulgação e promoção do Caminho ("Central") Português de Santiago, tendo o Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD) informado que oportunamente indicará se pretende a discussão em Comissão ou no Plenário.

A Senhora Presidente transmitiu que tinha baixado à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.^a), com conexão com a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (5.^a), o [projeto de resolução n.º 850/XIII \(2.^a\) \(PCP\)](#) que Recomenda a inventariação e classificação das obras do espólio de Arte do Banco Espírito Santo, atualmente do Novo Banco, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) informado que oportunamente indicará se pretende a discussão em Comissão ou no Plenário.

3.2. A Senhora Presidente deu conhecimento da Iniciativa da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.^a) a pedido do Museu da Farmácia para assinalar o Dia Internacional dos Museus na Assembleia da República, essa ação inclui uma homenagem ao Dr. António Arnaut, que doou recentemente as suas notas pessoais sobre o Serviço Nacional de Saúde ao Museu da Farmácia, e o lançamento da sua biografia, a realizar na Biblioteca da Assembleia da República no dia 23 de maio pelas 18h (após o Plenário).

3.3. Deu igualmente conhecimento que baixou à Comissão, para apreciação na especialidade, o [projeto de lei n.º 507/XIII \(2.^a\) \(PSD\)](#) - Defesa da transparência e da integridade nas competições desportivas e que a iniciativa legislativa foi aprovada na reunião plenária de 11 de maio de 2017, tendo baixado nessa mesma data à Comissão para discussão na especialidade. Nesse sentido, a Senhora Presidente perguntou qual a metodologia que os Grupos Parlamentares pretendem adotar. O Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD) informou que posteriormente indicará qual a metodologia que o Grupo parlamentar do PSD pretende adotar. O Senhor Deputado António Cardoso (PS) mencionou que o Grupo Parlamentar do PS gostaria que fossem ouvidas algumas instituições desportivas.

3.4. A Senhora Presidente informou da visita à Exposição «José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno» que está patente no Museu da Gulbenkian e essa visita está prevista para o dia 24 de maio, às 10h30, com saída da Assembleia da República às 10h00.

3.5. Deu conhecimento do pedido de audiência da Gestão dos Direitos dos Artistas para análise da situação dos artistas que cederam a exploração do seu direito de colocação à disposição do respetivo produtor fonográfico e/ou audiovisual a troco do pagamento de uma quantia única na assinatura do contrato de gravação e da necessidade de uma solução legislativa.

3.6. Por último, informou do pedido de audiência do Fórum do Património de 2017 para apresentação da Declaração Final que foi aprovada na sessão de encerramento do dia 10 de abril e algumas formas concretas de colaboração com vista a incorporar nos regimes jurídicos das áreas de atividades relevantes disposições que assegurem a defesa e valorização do Património Cultural do País.

4. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;

A ata respeitante à reunião de 9 de maio de 2017 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

5. Apreciação e votação do relatório da Comissão sobre o Relatório [Portugal na União Europeia 2016](#):

O Senhor Deputado João Torres (PS) apresentou o relatório da Comissão sobre o Relatório [Portugal na União Europeia 2016](#) que pode ser consultado na [página da internet](#) da Comissão.

Depois de usarem da palavra os Senhores Deputados Diana Ferreira (PCP) e Jorge Campos (BE), o relatório da Comissão sobre o Relatório [Portugal na União Europeia 2016](#) foi aprovado por maioria com a abstenção dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

6. Discussão do [projeto de resolução n.º 675/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática;

A Senhora Deputada Ana Mesquita apresentou o projeto de [projeto de resolução n.º 675/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática. De seguida, intervieram os Senhores Deputados Jorge Campos (BE), António Cardoso (PS), Joel Sá (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

7. Outros assuntos

7.1. A Senhora Presidente deu conhecimento do pedido do Gabinete do Presidente da Assembleia da República de sugestões e contributos que os Senhores Deputados entenderem pertinentes para as discussões a realizar no Fórum Luso-Espanhol, nos próximos dias 21 e 22 de maio em Vila Real.

7.2. A Senhora Presidente informou que na sequência do pedido Senhor Deputado Jorge Campos (BE), o Colóquio sobre o modelo de organização do sistema de criação

artística nacional não irá ser realizado no dia 23 de maio às 10h, mas sim no dia 14 de junho às 10h.

7.3. No âmbito deste ponto, o Senhor Deputado Jorge Campos (BE) pediu a palavra para informar que o Grupo Parlamentar do BE agendou para o Plenário um projeto de resolução referente às garraiadas e um outro respeitante ao Museu da Ferrovia. Nesse sentido, questionou a Senhora Presidente sobre qual a sua disponibilidade para aceitar que estas duas matérias ao invés de serem discutidos em Plenário fossem discutidos em Comissão. A Senhora Presidente mencionou que se não houver nenhuma objeção de nenhum Grupo Parlamentar que não se opunha à discussão na Comissão.

7.4. No âmbito deste ponto, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) pediu a palavra para solicitar que na eventualidade de haver alguma alteração ao dia e hora da reunião da Comissão que pudesse ser dada uma comunicação aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares. A Senhora Presidente referiu que isso será tido em conta e assim se fará no futuro.

A reunião foi gravada em suporte áudio, fazendo parte integrante da presente ata, encontrando-se o respetivo registo disponível na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 15 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de maio de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Ana Mesquita
José Carlos Barros
Maria Augusta Santos
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Helga Correia
Joana Barata Lopes
Pedro Delgado Alves
Susana Lamas
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira